

P O V O Negro

Tapeçaria do Benin de Michel Yémadjé



laos, Hélio de Oliveira, xilografia de 1962

FÚLVIA ROSEMBERG
EDITH PIZA

Analfabetismo, gênero e raça no Brasil

FÚLVIA ROSEMBERG é professora do Programa de Pós-Graduação da PUC-USP e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas.

EDITH PIZA é pesquisadora da Fundação Carlos Chagas.

Este texto persegue um argumento principal: as subordinações de gênero e raça não causam o mesmo tipo de impacto nas oportunidades educacionais da população brasileira. Em decorrência, importa ultrapassar um modelo analítico associativo (“à subordinação de gênero se associa a de raça, ou vice-versa”) e privilegiar análises que atentem para a complexidade das interações entre relações de gênero e de raça na produção de desigualdades educacionais.

A base empírica do estudo provém dos dados publicados pelos censos demográficos brasileiros entre 1872 e 1991, selecionando aqueles que contêm informações comparáveis sobre analfabetismo, raça e gênero.

Trabalho realizado no contexto do Núcleo de Estudos sobre Subordinações de Raça, Gênero e Idade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (apoio do Concurso de Dotações de Pesquisas sobre Mulher da Fundação Carlos Chagas/Fundação Ford) e do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas.

INFORMAÇÕES SOBRE SEXO, COR E ANALFABETISMO NOS CENSOS

A coleta de dados populacionais no Brasil não é recente. Marcílio (1974) propõe a existência de três períodos distintos na demografia brasileira. O primeiro, que a autora chama de *pré-estatístico*, vai do início da colonização até a metade do século XVII e caracteriza-se por algumas estimativas gerais sobre a população, normalmente aceitas pelos demógrafos, apesar de não terem incluído a população indígena que vivia fora do contato com o branco. O segundo momento - *proto-estatístico* - inicia-se na segunda metade do século XVIII e termina com o primeiro recenseamento geral, em 1872, caracterizando-se por dados abundantes coletados através de registros paroquiais, mas de qualidade e valor desiguais, principalmente porque não explicitam os critérios utilizados nos processos de coleta. O terceiro período, chamado de *era estatística*, inicia-se com o censo de 1872, cuja base metodológica se reproduziu na série de censos realizados posteriormente.

A idade de ouro dos censos nacionais inicia-se com a coleta de 1940, para a qual contribuiu o demógrafo italiano Giorgio Mortara, inaugurando-se a série de censos modernos decenais realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Marcílio, 1974, pp. 6-7; IBGE, 1990, p. 22). Realizado com extrema acuidade, este censo deu início ainda à inclusão de quesitos especiais para a população feminina (fecundidade e mortalidade) e dados extensos sobre cor e instrução da população masculina e feminina.

Seria interessante observar a motivação do Estado brasileiro, no período entre as décadas de 20 e 40, para pesquisar quesitos específicos sobre a população feminina como os que vão aparecer no censo de 1940. Estudos como os de Schwartzman, Bomeny e Costa (1984), Rago (1985) e Reis (1991) apontam para o papel relevante dado à mulher pelo governo fascista de então e para os mecanismos de controle sobre os vários comportamentos ligados ao casamento e à maternidade (especificamente na elaboração do Estatuto da Família de 1941), no contexto da industrialização iniciante, do nacionalismo e dos conceitos de nacionalidade então vigentes (Schwartzman e colaboradores, 1984, pp. 107-22).

Os quesitos sobre a dinâmica da população feminina vêm sendo pesquisados sistematicamente desde então, mas o quesito cor nem sempre foi considerado para todas as informações coletadas. Esta pobreza de informações sobre os segmentos raciais, que se observa tanto na coleta quanto na divulgação do dado, tem sido denunciada como estratégia para jogar a questão racial no limbo das discussões sobre prioridades nacionais econômicas, políticas, sociais, culturais e educacionais. Com efeito, nesta sociedade, fortemente ancorada pela ideologia do mito da democracia racial, as desigualdades entre brancos e negros não são percebidas como relacionadas a considerações raciais, mas vistas como resultado de fatores de classe “[que] preenche uma importante função de controle social, apontando para a unidade nacional e ocultando a existência de divisões raciais e sociais” (Hasenbalg, 1992, p. 53). Este mito da democracia racial, consubstanciando-se na tendência brasileira (e de muitos países latino-americanos) de se pensar a si mesmo como branco, evidencia-se, também, na parcimônia de coleta de informações sobre a cor da população.

O censo coleta informações sobre a cor da população de acordo com a prática nacional de basear a classificação racial principalmente através de atributos físicos e não da ascendência, isto é, usa-se no país a regra do fenótipo e não a *one blood drop rule*, característica da conceituação norte-americana (Skidmore, 1991). A classificação de cor no Brasil resulta de uma equação complexa que envolve traços físicos, origem socioeconômica e região de residência (Silva, 1994).

Desde 1940, os censos têm coletado a cor da população de forma não-sistemática (1) através do processo de autoclassificação do informante em alguma das quatro alternativas de cor: branco, preto, pardo (mestiço), amarelo (origem/aparência asiática). Se a coleta censitária usa a categoria cor, pesquisadores e militantes do movimento negro conceituam como pertencendo à raça negra (sociologicamente entendida) o conjunto de pessoas que se declaram pretas e pardas.

Quanto ao analfabetismo, a literatura especializada discute a imprecisão e ambigüidade de conceituação. “A imprecisão e ambigüidade com que se vem tratando os próprios conceitos de analfabetismo e alfabetização

1 Durante o século XX, a cor da população foi coletada nos Censos de 1940, 1950, 1960, 1980 e 1991. O Censo de 1960 teve vários problemas técnicos, não sendo utilizado. O de 1991 não havia sido publicado por completo na data de elaboração deste artigo (outubro de 1995).

têm contribuído para proliferação de termos (muitas vezes superpostos ou parcialmente superpostos) para descrever os diferentes estudos e níveis situados no eixo analfabetismo-alfabetização, tais como analfabetismo absoluto/puro/regressivo/por desuso/funcional ou os de analfabeto/semi-analfabeto/semi-analfabetizado/neo-alfabetizado” (Torres, s/d apud Galvéz, s/d, p. 12).

Estas conceituações de analfabetismo/alfabetização remetem a contextos teóricos e ideológicos mais amplos em que visões sobre desenvolvimento econômico, social e político se traduzem em concepções e propostas educacionais. Maria Eugênia Letelier Galvéz (s/d), em estudo abrangente sobre o analfabetismo feminino no Chile, evidencia pelo menos três tendências dominantes nas últimas décadas: a primeira, no contexto das chamadas “décadas de desenvolvimento”, a educação era analisada na perspectiva da teoria do capital humano ajustando-se às necessidades do mercado de trabalho. O analfabetismo, nesse contexto, era tido como obstáculo ao progresso nacional. A partir de uma configuração política e ideológica específica, a América Latina, através de Paulo Freire, vai forjando nova teoria que penetrou a concepção internacional (legitimada pela Conferência Internacional de Alfabetização, em Persépolis, 1975), quando a concepção de alfabetização ultrapassou o domínio das técnicas de leitura, escrita a cálculo, e passou a ser compreendida como uma contribuição para a libertação do homem.

A Conferência Educação para Todos, realizada em 1990 em Jomtien (Tailândia), recolocou a educação e a alfabetização no contexto de satisfação das necessidades básicas das pessoas a fim de que possam realizar-se nos diferentes âmbitos de sua existência.

Estas perspectivas teóricas e ideológicas, porém, pouco têm afetado os procedimentos de coleta de informações sobre analfabetismo/alfabetização nos recenseamentos brasileiros. No Brasil, como em outros países do mundo, desde 1940 os recenseamentos se atêm a perguntar ao respondente se sabe ler ou escrever um bilhete simples. A simplicidade da pergunta decorre da necessidade de comparações locais, regionais e internacionais, orientando a elaboração de campanhas e políticas de alfabetização.

Da mesma forma que o quesito cor, a res-

posta à pergunta sobre a situação de alfabetização é dada pelo respondente e sofre as inflexões de seu valor social. Ser reconhecido ou declarar-se analfabeto não se reduz a uma informação fria, neutra ou objetiva pois passa pelo crivo da valoração social. Declarar-se analfabeto, ou ser reconhecido como tal, constitui, em determinados contextos, um estigma. Daí o questionamento, por parte de pesquisadores, sobre o valor da análise desta informação coletada pelos recenseamentos, privilegiando-se, em muitos casos, o estudo dos anos de escolaridade da população em detrimento das taxas de analfabetismo.

Apesar disso, como os censos demográficos vêm adotando uma conceituação única sobre analfabetismo, é possível, neste campo, estabelecerem-se séries históricas. Assim, com pequenas variações anuais, desde 1940, os censos demográficos vêm, então, definindo a alfabetização como “o domínio simultâneo pelo indivíduo das habilitações básicas do saber ler e escrever um bilhete no idioma que conhece” (Carvalho, 1984, p. 149).

Também, desde 1940, os censos permitem que se comparem taxas de analfabetismo com base nos mesmos limites etários, pois vêm sistematicamente divulgando informações sobre o analfabetismo na população de 5 anos e mais, 7 anos e mais, 10 anos e mais e de 15 anos e mais. Estes limites etários remetem a significados diversos nos planos educacional e social: face à comparação internacional, 5 anos remete, para alguns países, à entrada na escola primária; 7 anos, ao início da escolaridade obrigatória no Brasil e em outros países do mundo; 10 e 15 anos, à idade teórica de término da escolaridade básica e fundamental e, como afirma Carvalho (1984, p. 151), idade em que se inicia, no Brasil, de fato e *de jure* a entrada no mercado de trabalho.

Seria possível construir séries históricas censitárias sobre analfabetismo no Brasil, sem interrupção, a partir de 1872, adotando conceituação e recortes etários que permitem comparações razoáveis. Ocorre, porém, que a desagregação dos dados por cor e sexo simultaneamente só é viável nos censos de 1940, 1950 e 1980 (2). Por essa razão, este estudo se ajustou às limitações impostas pelos dados publicados nos censos, comparando o analfabetismo na população tendo 5 anos ou mais

2 Até o momento de publicação deste artigo, o IBGE havia divulgado apenas informações sobre analfabetismo desagregadas por sexo, não sendo, portanto, disponíveis os dados desagregados por raça.

por sexo e raça em séries históricas com extensões diferentes: desde 1872, sem interrupção, até 1991 para os sexos; entre 1940 e 1980 para as raças.

ESTUDOS SOBRE A ALFABETIZAÇÃO, GÊNERO E RAÇA

Os dois números especiais sobre alfabetização da prestigiada revista *Cadernos de Pesquisa* (o primeiro de 1985 e o segundo de 1990) oferecem um bom exemplo de quanto as pesquisas educacionais brasileiras ignoram a perspectiva analítica das relações de gênero e de raça: em ambas as publicações encontramos importantes e competentes artigos que discutem dados macroestruturais sobre o analfabetismo no Brasil (Ferrari, 1985; Gatti et alii, 1990), porém estes dois artigos silenciam sobre proximidades e diferenças entre os sexos e as raças.

Gênero e raça entram parcimoniosamente na literatura brasileira sobre educação: apenas quando os textos são produzidos por especialistas no estudo destas hierarquias ou quando tais indicadores são mencionados em trabalhos internacionais. A associação, em mesmo estudo, de análise sobre relações de gênero e raça no contexto educacional é ainda mais rara, quase inexistente. É possível, porém, contar com um pequeno acervo de estudos sobre o tema (Rosemberg, 1993; Barcelos, 1992). Vejamos o que as pesquisas vêm informando sobre as principais tendências do analfabetismo no Brasil.

Em plano global, sem que se atente para especificidade de gênero e raça, Alceu Ferrari (1985) resumiu a tendência secular (entre 1872 e 1990) do analfabetismo no Brasil:

a) Um declínio nacional gradual do índice (ou porcentagem) de analfabetos na população acompanhado de um aumento gradual dos analfabetos em números absolutos. Para dar conta destes movimentos aparentemente contraditórios, o autor conclui que o analfabetismo não é uma simples herança do passado mas vai se constituindo a cada nova geração de pessoas a serem alfabetizadas em decorrência da baixa eficiência do sistema educacional brasileiro (3).

b) Apesar de não ser um problema apenas concernente à população rural, os índices de analfabetismo são expressamen-

te mais altos em meio rural que urbano.

c) Observa-se uma intensa variação regional: “amplitude entre os valores regionais mínimo e máximo é extremamente elevada, atingindo 43,2 pontos percentuais” (Ferrari, 1985, p. 40). Os estados que apresentam os índices de analfabetismo mais elevados são principalmente os que compõem o Nordeste, região do país mais pobre e com uma grande proporção de negros.

Estas duas últimas observações de Alceu Ferrari (1985) merecem destaque na medida em que o segmento racial negro (pretos e pardos) tende a se concentrar, mais que o branco, tanto em zona rural quanto na região Nordeste. Com efeito, Barcelos (1992), quando compara as oportunidades educacionais de brancos e negros no Brasil, associa a melhor situação de brancos frente à dos negros à luz da distribuição espacial. “Uma caracterização sumária da distribuição espacial dos grupos raciais no Brasil aponta para os seguintes traços: os pardos estão nas áreas urbanas de São Paulo, os brancos predominam no Sul e Sudeste. Esta constatação não é irrelevante para o desempenho educacional dos grupos de cor. Sabemos que as áreas urbanas e as regiões Sul e Sudeste apresentam melhores níveis educacionais. Portanto, a distribuição espacial certamente tem algum efeito sobre o desempenho dos grupos raciais” (Barcelos, 1992, p. 39).

Algumas páginas adiante, Barcelos (1992) constata, como outros pesquisadores (Lamounier, 1976; Rosemberg et alii, 1985; Rosemberg, 1992), que os índices de analfabetismo para a população negra (preta e parda) são constantemente superiores aos da população branca equivalente.

Há evidências, porém, de que apenas a maior concentração de negros na região Nordeste e em zona rural não explique todo o diferencial nos índices de analfabetismo. Dentro de cada região fisiográfica, mesmo nas mais ricas, permanece um evidente diferencial racial, o que levou Rosemberg (1992, p. 305) a afirmar que, “enquanto a discriminação racial persistir, o analfabetismo não irá desaparecer...”, pois observa, a partir de estimativas da PNAD 1989, que entre os 20 milhões de brasileiros analfabetos (tendo 10 anos ou mais) 41% são negros residentes no Nordeste, enquanto a totalidade dos negros residentes no Nordeste repre-

3 O Censo de 1991 evidencia uma queda acentuada tanto da porcentagem de analfabetos (de 41,3% em 1980 para 25,1% em 1991) quanto do número absoluto de analfabetos na população brasileira (de 49,1 milhões em 1980 para 32,7 milhões em 1991), o que alteraria, pela primeira vez, a tendência descrita por Ferrari (1985).

senta apenas 20% da população brasileira.

Estudos recentes assinalam, também, a tendência à equalização dos índices de alfabetização masculinos e femininos, observando-se apenas uma inferioridade feminina para os grupos etários mais idosos, o que pode ser considerado como resquício do passado (Rosemberg et alii, 1982, 1985; Rosemberg, 1992, 1993). A tendência que vem se delineando, de forma pronunciada nos últimos tempos, é a equalização dos *índices de alfabetização* masculinos e femininos na população mais jovem, ocorrendo, em certos grupos etários, a superação dos índices das mulheres (Rosemberg et alii, 1982, 1985; Rosemberg, 1992, 1993). Isto é, observações que pesquisadores brasileiros e brasilianistas fizeram até a década de 50 de que no Brasil “o grupo social que apresenta maiores semelhanças com negros não são os judeus, mas as mulheres, como Gunnar Myrdal notou um quarto de século atrás...” (Lamounier, 1976; Degler, s/d, apud Lamounier, 1976, p. 20) parecem não representar a realidade do quadro educacional brasileiro.

As iniciativas para compreender a evolução dos índices de analfabetismo numa perspectiva simultânea de raça e gênero ainda não passaram de tentativas tímidas, focalizando apenas dados atuais (censo de 1980) sem o apoio de séries históricas, limitando-se a verificar o efeito cumulativo da idade, da inserção rural ou urbana e da região fisiográfica de residência. Assim, a partir dos dados coletados pela PNAD 87, Rosemberg (1992) constatou que são as mulheres negras tendo 40 anos e mais as que apresentam os maiores índices de analfabetismo.

Vários estudos sobre relações de gênero vêm apontando associações importantes entre a condição de alfabetização e aspectos da vida produtiva e reprodutiva das mulheres, tais como: participação no mercado de trabalho e salário (Paiva, 1981), participação na esfera política (Costa, 1991), fecundidade (Szmrecsanyi, 1988), dinâmica de casamento inter-racial (Berquó, 1991), mortalidade infantil geral e por raça (Silva, 1982; Tamburo, 1987).

Se tais estudos são extremamente importantes por tentarem articular escolaridade a outros aspectos da vida social, as análises são orientadas, via de regra, no sentido de que a educação atua como facilitador, determinante

ou variável interveniente na dinâmica social. Entretanto, ao analisarmos séries históricas de dados sobre analfabetismo no Brasil, na perspectiva racial, deparamos com a possibilidade de alterar o sentido do raciocínio, focalizando o impacto dos indicadores da esfera da vida reprodutiva nas oportunidades educacionais de brancos e negros, fazendo interpenetrar, portanto, subordinações de gênero e raça.

É tempo, então, de ir amarrando as discussões preliminares e destacar pontos que pretendemos (e podemos) analisar nestas séries históricas sobre analfabetismo no Brasil por sexo e raça que conseguimos coletar. Na primeira parte, sintetizamos um panorama atual, descritivo, do analfabetismo no Brasil, com base em dados publicados pela PNAD 90. Em seguida, descrevemos e interpretamos a tendência secular do analfabetismo no Brasil, numa perspectiva de raça e gênero.

ANALFABETISMO E EXCLUSÃO

Em 1991, mais de 26,6 milhões de pessoas no Brasil tendo 7 anos e mais se declararam analfabetas, correspondendo a 21,5% da população desta faixa etária (fonte: Censo 1991). Como qualquer índice médio, este também esconde uma variação intensa tomando como fonte os dados da PNAD 90 (na medida em que o censo de 1991 não foi divulgado na sua totalidade). Para uma porcentagem nacional de 19,6% de analfabetos na população de 5 anos e mais encontramos a seguinte variação: 0,4% entre pessoas tendo de 15 a 19 anos residindo na região Sul e provenientes do estrato de rendimento médio familiar *per capita* acima de dois salários mínimos; 84,3% entre crianças tendo de 7 a 9 anos residentes na região Nordeste e provenientes do estrato de rendimento mensal familiar *per capita* até 1/4 de salário mínimo (fonte: PNAD 1990).

O analfabetismo que persiste no Brasil é, pois, fundamentalmente produto da exclusão de populações empobrecidas dos bens sociais, em especial da educação. Assim, o primeiro traço forte do analfabetismo brasileiro é sua alta relação com o nível de renda da família, relação que se mantém nas diversas regiões e nos diversos grupos etários (*Tabela 1*). Residir no Nordeste ou Sudeste não afeta as oportunidades de ser alfabetizado se o rendimento da pessoa for superior a dois salários

TABELA 1
Porcentagem de analfabetos* tendo 7 anos e mais
por faixa de rendimento.
Brasil**, 1990

FAIXAS DE RENDIMENTO (EM SALÁRIO MÍNIMO)	PORCENTAGEM DE ANALFABETOS
até 1/4	45,8
+ de 1/4 a 1/2	36,9
+ de 1/2 a 1	22,5
+ de 1 a 2	11,6
mais de 2	3,8
Total	19,6

Fonte: IBGE, PNAD 1990, apud *Anuário Estatístico* 1992

* Inclusive pessoas sem declaração de alfabetização.

** Excluindo as pessoas da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

TABELA 2
Porcentagem de analfabetos, por grupos etários e sexo segundo a raça,
localização de domicílio e regiões.
Brasil, 1987

SEXO E IDADE	RAÇA		LOCALIZAÇÃO		REGIÃO			TOTAL		
	BRANCA	NEGRA	URBANA	RURAL	NORTE*	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	
HOMENS										
5 Anos E +	17,4	36,9	18,6	44,8	21,7	48,3	16,0	15,6	23,5	25,8
7 Anos E +	13,0	32,6	13,9	41,2	16,0	44,7	11,5	11,1	18,8	21,4
10 Anos E +	11,2	29,2	11,7	38,0	12,1	41,0	9,7	9,9	16,2	18,8
15 Anos E +	11,4	29,0	11,7	38,0	11,5	40,2	10,1	10,7	16,7	18,6
40 Anos E +	19,2	44,5	19,8	53,1	20,1	55,0	17,5	20,1	30,3	28,9
7 a 14 Anos	18,9	47,7	21,7	50,1	28,1	56,7	16,9	12,9	25,5	30,5
15 a 39 Anos	6,9	21,2	7,4	29,2	7,8	31,7	5,9	5,6	10,4	13,0
MULHERES										
5 Anos E +	18,5	35,6	19,8	43,2	21,4	42,6	18,2	17,6	23,2	25,6
7 Anos E +	14,4	31,6	15,8	39,2	16,2	38,8	14,2	13,5	18,6	21,6
10 Anos E +	13,1	28,9	14,4	36,1	12,9	35,4	13,1	12,7	16,5	19,6
15 Anos E +	14,0	30,5	15,4	37,9	13,7	36,4	14,3	14,0	17,7	20,5
40 Anos E +	26,4	53,7	29,3	60,5	29,5	57,7	27,5	27,9	38,7	36,5
7 a 14 Anos	16,1	35,0	17,7	42,5	23,4	45,6	13,6	11,4	21,5	25,3
15 a 39 Anos	6,6	18,4	7,5	24,7	7,4	24,3	6,4	6,3	8,8	11,5
TOTAL										
5 Anos E +	18,0	36,2	19,2	44,0	21,5	45,3	17,1	16,6	23,3	25,7
7 Anos E +	13,7	32,1	14,9	40,2	16,2	41,7	12,9	12,3	18,7	21,5
10 Anos E +	12,2	29,0	13,1	37,1	12,5	38,1	11,4	11,3	16,3	19,2
15 Anos E +	12,8	29,8	13,6	37,9	12,6	38,2	12,3	12,3	17,2	19,6
40 Anos E +	23,0	49,2	24,9	56,7	24,8	56,4	22,7	24,1	34,4	32,9
7 a 14 Anos	17,5	38,9	19,7	46,4	25,7	51,1	15,3	12,2	23,5	27,9
15 a 39 Anos	6,8	19,8	7,5	27,0	7,6	27,8	6,2	5,9	9,6	12,2

* Excluindo população rural - Fonte: IBGE, PNAD 1987

TABELA 3
População total e população analfabeta (5 anos e mais por sexo).
Brasil 1872 a 1991

CENSOS	POPULAÇÃO TOTAL	HOMENS		POPULAÇÃO TOTAL	MULHERES	
		ANALFABETOS	%		ANALFABETOS	%
1872	5.123.869	4.110.814	80,2	4.806.609	4.255.183	88,5
1890	7.237.932	5.852.078	80,8	7.095.893	6.361.278	89,6
1920	15.443.818	10.615.039	68,7	15.191.787	11.764.222	77,4
1940	20.614.088	12.890.756	62,5	2.062.227	14.571.384	70,6
1950	25.885.001	15.881.449	61,3	26.059.396	17.397.027	66,7
1960	35.059.546	18.666.352	53,2	35.131.824	20.106.008	57,2
1970	46.331.343	21.562.078	46,5	46.807.794	22.968.325	49,1
1980	59.123.361	24.209.755	40,9	59.879.345	24.945.292	41,6
1991	64.105.472	16.553.435	25,8	66.198.889	16.553.435	24,5

Fonte: Censos demográficos

mínimos; ter 39 anos ou mais também pouco afeta - entre sulinos e nordestinos - as oportunidades de aprender a ler e a escrever, se os níveis de rendimentos forem superiores. Porém, ser pobre nestas regiões afeta em muito as oportunidades de letramento. Assim, para todas as faixas etárias, os índices de analfabetismo são piores nas regiões que concentram um maior número de pobres.

Nesse sentido, não é a região fisiográfica ou a localização urbana ou rural que determinariam, em si, os diferenciais nos índices de analfabetismo, mas a maior ou menor concentração de pobres nesses locais; o que vale dizer a maior ou menor concentração de renda em tais espaços geográficos. É por isso que os índices de analfabetismo variam entre os segmentos raciais e não variam mais entre os sexos, a não ser para uma pequena parcela da população feminina mais idosa. Se é verdade que o rendimento médio pessoal das mulheres, em todos os segmentos raciais e em todas as regiões, é inferior ao dos homens oriundos de segmentos equivalentes (Bruschini, 1994), esta diferença tende a desaparecer quando se trata de rendimento familiar, fenômeno que não ocorre quando se comparam brancos a negros.

Pode-se, pois, sugerir que os diferenciais de alfabetização entre as raças e entre os sexos decorrem de processos diversos: a pequena diferença entre os índices de analfabetismo masculino e feminino persiste nas faixas etárias mais idosas, podendo ser considerada uma herança do passado; a intensa diferença que se observa nos índices de analfabetismo entre brancos e negros, para ambos os sexos, constitui uma herança do passado escravista acrescida de processos atuais de estigmatização e exclusão social deste segmento racial.

Comparando-se os sexos dentro de cada segmento racial, os diferenciais entre os índices de analfabetismo global são mínimos. Porém, comparando-se os índices de analfabetismo entre homens negros e brancos ou entre mulheres negras e brancas, os diferenciais são altos (*Tabela 2*).

Entre homens e mulheres, para o total da população, e dentro de cada segmento racial, persistem diferenças importantes nas faixas etárias mais velhas (*Tabela 2*). É este resquício do passado que se apreende com nitidez quando se analisa a tendência secular do analfabetismo no Brasil por sexo.

FIGURA 1

Tendências secular do analfabetismo no Brasil por sexo na população de 5 anos e mais 1872-1991

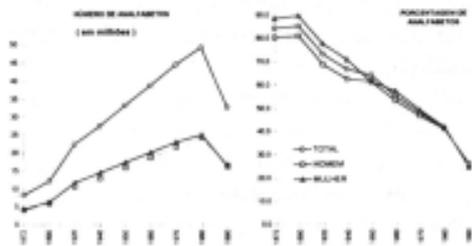
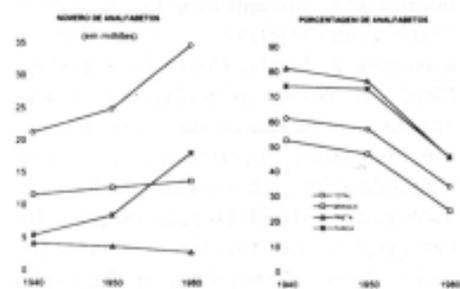


FIGURA 2

Tendência secular do analfabetismo no Brasil por cor na população de 5 anos e mais 1940-1980



SEXO E ANALFABETISMO NOS CENSOS DE 1872 A 1991

A comparação dos dados coletados desde o censo de 1872 até 1991 sobre o analfabetismo masculino e feminino evidencia uma evolução quase que perfeitamente paralela, até a década de 40, quando, então, a convergência é notável (*Tabela 3, Figura 1*). Os diferenciáveis sexuais se mantêm relativamente altos até 1940 (na ordem de 8 pontos percentuais) e vão se reduzindo a partir de então, mesmo em se considerando que é também, a partir de 1940, que o contingente de mulheres na população geral se sobrepõe ao dos homens (possivelmente em decorrência das melhorias nas condições de parto e pós-parto).

Os dados sugerem, então, que a partir de 1940 um número relativamente mais expressivo de mulheres integrou-se ao sistema de ensino, diminuindo a distância de níveis de escolaridade entre os sexos. O processo de escolarização das mulheres, mais intenso em torno de 1940, contribuiu para acentuar a redução percentual dos analfabetos no país

na década de 40, constatação feita por outros pesquisadores brasileiros e atribuída, exclusivamente, a processos internos ao sistema escolar (Ferrari, 1985).

Se a desagregação dos dados por sexo já permitia vislumbrar a necessidade de análises focalizando os gêneros e a diversidade de suas dinâmicas no processo social, a análise por raça torna complexo, ainda mais, este quadro.

TENDÊNCIAS RACIAIS DO ANALFABETISMO NOS CENSOS DE 1940, 1950 E 1980

A análise da evolução da alfabetização-analfabetismo por raça evidencia outra configuração que, para sua compreensão, nos conduziu a apelar para análises demográficas e sobre comportamento reprodutivo, reintroduzindo, então, a discussão sobre subordinações de gênero. Vamos, porém, por partes, descrevendo inicialmente o que se observa.

Os dados transcritos na *Tabela 4*, e que transparecem de forma nítida na *Figura 2*, apontam que o analfabetismo não apresentou, nos últimos 40 anos, padrão de evolução semelhante para os diferentes segmentos de cor. De um lado, brancos e pardos se assemelham, pois evidenciam, simultaneamente, uma queda gradual nos índices de analfabetismo e um aumento gradual do número de analfabetos. Como afirmamos, esta tendência evidenciaria que a nação não estava sendo capaz de alfabetizar cada nova geração. Ou seja, que o ritmo de desenvolvimento da escolaridade é inferior ao ritmo de crescimento da população.

Quando se comparam brancos e pardos entre si (*Tabela 4*), observa-se que os pardos são o segmento racial que ostenta maior crescimento do número absoluto de analfabetos. Assim, enquanto o crescimento do número

CENSOS	ANALFABETOS TOTAL	%	ANALFABETOS BRANCOS	%	ANALFABETOS PRETOS	%	ANALFABETOS PARDOS	%
1940	21.295.490	61,6	11.587.469	52,8	4.186.728	81,4	5.441.273	74,3
1950	24.907.596	57,3	12.650.590	47,2	3.722.386	76,4	8.461.990	73,2
1980**	34.704.578	34,0	13.669.193	24,4	2.854.781	45,9	18.078.537	46,1

Fonte: Censos demográficos

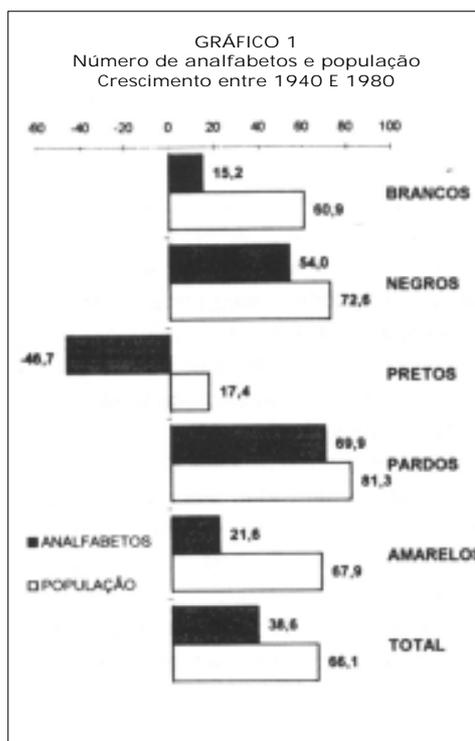
* Porcentagem de analfabetos na população considerada.

** O cálculo do analfabetismo por raça no Censo de 1980 baseou-se em estimativa a partir dos dados sobre população com instrução igual ou inferior a 1 ano de escolaridade por não estarem disponíveis nas publicações do IBGE.

TABELA 5
Crescimento do número de analfabetos e da população
por raça/cor entre 1940 e 1980, Brasil

	TOTAL					
	TOTAL	BRANCOS	NEGROS*	PRETOS	PARDOS	AMARELOS
Analfabetos	38,6	15,2	54,0	-46,7	69,9	21,6
População	66,1	60,9	72,6	17,4	81,3	67,9

Fonte: IBGE Censos Demográficos
* Negros = pretos + pardos.



Fonte: Censos Demográficos

de analfabetos entre 1940 e 1980 foi da ordem de 39% para a população em geral, este índice cai para 15% entre os brancos e sobe espetacularmente para 70% entre os pardos (Tabela 5), evidenciando que a nitidez da tendência do analfabetismo brasileiro entre 1940 e 1980 se deve, principalmente, às precárias oportunidades educacionais dos brasileiros que se consideram mestiços (pardos).

O mesmo não ocorre, porém, com o segmento preto que evidencia, simultaneamente, uma diminuição da porcentagem e do número absoluto de analfabetos no período considerado. Sugerimos como explicação que a diminuição do número absoluto de analfabetos pretos entre 1940 e 1980 não decorre do fato de que uma parte dessa população teria se alfabetizado, mas de seu “desaparecimento” na população geral, por razões ligadas à

esfera da vida reprodutiva. É esse argumento que será discutido a seguir.

Para explicar a diminuição do número absoluto de analfabetos pretos, a primeira hipótese que poderia ocorrer é que os pretos analfabetos entre 1940 e 1980 teriam “migrado” para outro segmento de cor. Como se sabe, a classificação de cor não parece ser um processo estável na vida dos brasileiros, sendo possível alterá-la no transcorrer da vida. Como observou Wood (1991), há uma “migração” na declaração de cor de um censo para outro, principalmente de pretos para pardos, decorrente do processo de classificação racial no Brasil que valoriza a população branca; é fenotípico, coletado por auto declaração do informante e resultante de um intrincado processo intersubjetivo e social (Piza e Rosemberg, 1994). Como bem destaca Charles H. Wood, “as mudanças estimadas na auto-identificação ao longo do tempo trazem implicações importantes para o estudo longitudinal [que é nosso caso] da desigualdade racial no Brasil. Os achados que as investigações que focalizem a situação socioeconômica da população preta [possam trazer] estão sujeitos a possível viés, em vista da significativa proporção de indivíduos que passam reclassificar-se como pardos” (Wood, 1991, p. 104).

Ora, estes comentários seriam válidos para o caso em questão - e terminaríamos aqui o exercício interpretativo - se fossem as pessoas mais instruídas, e não as menos (isto é, analfabetas), que tivessem “desaparecido” do segmento racial preto. A lógica da “migração” racial de uma categoria de cor para outra corresponde à ideologia do branqueamento no sentido de que “o dinheiro (e o status) embranquece”. Como vimos, o analfabetismo no Brasil é um indicador poderoso de exclusão social e econômica, não constituindo “passaporte” para o branqueamento, portanto não explicando a diminuição do número absoluto de pretos analfabetos.

A outra hipótese que pode ocorrer refere-se à diminuição da população preta no país, fenômeno já descrito por demógrafos (Berquó et alii, 1986; Wood, 1992). Os pardos constituem o grupo que apresenta as maiores taxas anuais médias de crescimento, seguidos dos brancos e dos pretos. O segmento preto foi o único que apresentou, entre 1940 e 1950, um decréscimo de população (Berquó et alii, 1986).

Ora, quando confrontamos o crescimento da população com o crescimento dos analfabetos em cada segmento de cor, observa-se entre os pretos, no período 1940-80, um pequeno aumento da população geral e uma diminuição do número absoluto de analfabetos (*Tabela 5 e Gráfico 5*). Isto é, a redução da população preta não foi geral, mas ocorreu, principalmente, entre os analfabetos.

Descartada a hipótese da “migração” de analfabetos pretos para segmentos mais claros e tendo-se evidenciado que sua diminuição não se justifica exclusivamente pela diferença média de ritmo de crescimento populacional, parece justificado buscar explicações para a evidência empírica de que, nestes últimos quarenta anos, é a população de pretos analfabetos que estaria diminuindo. As hipóteses para explicar essa diminuição configuram diferenciais raciais observados na expectativa de vida, mortalidade infantil, na nupcialidade e fecundidade, estas últimas associadas à vida reprodutiva, levando a que se considere, também, a dinâmica das subordinações de gênero e como se articulam às de raça.

Vários indicadores sociais que vêm sendo analisados numa perspectiva de subordinações raciais informam que o destino social de pretos e pardos é muito semelhante, e que nem sempre os pardos se situam em melhor posição que os pretos no usufruto de benefícios sociais concretos e simbólicos. Nelson do Valle e Silva (1992), com base nos dados da PNAD 88, afirmou que “a pobreza no Brasil não é daltônica”. Ela atinge mais intensamente pardos (36% desta subpopulação se situa abaixo da linha de pobreza) e pretos (30%) do que brancos. Esta maior incidência da pobreza entre os negros poderia explicar os diferenciais de expectativa de vida entre os segmentos raciais: as taxas de expectativa de vida dos brancos vêm excedendo as dos pretos e pardos. “No período de 1950-55, a expectativa de vida entre os brancos excedia a dos pretos e pardos em 8,8 e 9 anos [...]. No período de 1975-80, as taxas de expectativas de vida dos brancos superavam em 6,1 e 6,9 anos as relativas aos pretos e pardos” (Wood, 1991, p. 99). Ora, como o índice de analfabetismo brasileiro é mais intenso entre pobres e pessoas idosas, pode-se sugerir que entre pretos e pardos haveria uma diminuição do contingente de analfabetos observada exclusivamente na população. Porém, se pobreza e

expectativa média de vida permitem estabelecer diferenças entre brancos e negros, elas não diferenciam pretos e pardos pois atingem a ambas as subpopulações de forma semelhante. Desse modo, estas explicações não são suficientes para a compreensão da diminuição significativa de número absoluto de analfabetos na população de pretos.

No artigo “Como se Casam Negros e Brancos no Brasil”, Elza Berquó (1991, p. 115) oferece pistas para se entender a dinâmica reprodutiva de mulheres pretas. Ao resumir suas observações sobre os padrões de nupcialidade por cor, destaca que: as mulheres pretas se casam mais tardiamente do que pardas e brancas; o celibato de pretas é superior ao das pardas e das brancas; a maioria dos casamentos é endogâmico quanto à cor; nos

Cena de Peji, Hélio de Oliveira, xilogravura de 1962



CENSOS	BRANCA	COR PARDA	PRETA
1940	5,99	6,28	5,53
1950	6,07	6,92	5,80
1960	6,16	6,85	5,79
1980 (total)	3,56	5,63	4,86

Fonte: Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1980, apud Bercovich (1987, p. 67)

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	BRANCA	COR PARDA	PRETA
Sem instrução	99	110	120
1-3 anos	85	93	101
4-7 anos	69	84	86
8 anos e mais	57	70	82

Fonte: Tabulação especial Censo Demográfico 1980, apud Tamburo (1987, p. 114)

casamentos exogâmicos segundo a cor é mais freqüente o homem ser mais escuro do que a mulher; a viuvez de pretas é superior à de pardas e brancas. Para além de fenômenos demográficos, estes componentes do mercado matrimonial brasileiro evidenciam uma articulação entre subordinação de gênero e raça que leva as mulheres pretas a terem *menos* chances de procriação que as pardas e brancas. Diante da ideologia dominante no país de embranquecimento para melhoria do *status* social e da posição de subalternidade das mulheres, homens tendem a preferir mulheres mais claras para “melhoria da raça”. Assim, as mulheres pretas tendem a ter menos chances de procriarem, e de procriarem crianças tendencialmente analfabetas. Com efeito, a fecundidade de mulheres pretas no período que nos interessa apresentou taxas inferiores às de pardas e brancas (*Tabela 6*).

A vida reprodutiva das mulheres pretas diverge, ainda, de brancas e pardas em mais uma dimensão importante: a taxa de mortalidade infantil de crianças cujas mães se declaram pretas é mais alta que a de pardas e brancas (Tamburo, 1987; *Tabela 7*).

A mortalidade infantil de filhos de mães pretas é significativamente superior àquela de mães pardas e brancas, principalmente quando se declaram sem instrução (Tamburo, 1987; *Tabela 7*). O alto índice de mortalidade infantil entre filhos de mães pretas analfabetas, associado à menor possibilidade de pro-

criação (posição inferior no “mercado matrimonial”) e taxa de fecundidade entre mulheres pretas, poderia explicar a diminuição do número de analfabetos nesta subpopulação.

Assim, em decorrência do mercado matrimonial, mulheres pretas teriam menos oportunidade de se casar que pardas e brancas, diminuindo sua chance de terem filhos; quando casadas evidenciam menor possibilidade de terem filhos; tendo filhos, quando analfabetas, teriam menos possibilidade de que seus filhos sobrevivessem para engrossar o contingente de pretos analfabetos no país. Crianças que, tendencialmente, engrossariam o contingente de analfabetos quando mais velhas são eliminadas pela morte precoce.

Quando se aponta que, nos últimos anos, teria ocorrido uma diminuição do número de analfabetos pretos na população brasileira sem que isso possa ser explicado por um índice maior de alfabetização, as decorrências são importantes no plano educacional. Com efeito, estudos macroestruturais (Barcelos, 1992) vêm evidenciando, através de indicadores sobre acesso e permanência de pretos e pardos no sistema educacional brasileiro, que a escola interporia barreiras mais intensas e equivalentes a estes dois segmentos da população. Ora, diante da sugestão de que pretos analfabetos teriam diminuído da população brasileira - sendo que crianças dos estratos menos escolarizados são as mais rejeitadas pelo sistema -, é possível supor que a discriminação racial brasileira no sistema educacional atinge ainda mais duramente a população preta do que a parda.

As articulações entre gênero e raça tornam-se mais complexas abrindo novas perguntas: sabe-se que as maiores barreiras escolares para crianças pobres e negras ocorrem nos primeiros anos de escolaridade primária onde o professorado, pouco valorizado profissionalmente, é constituído majoritariamente por mulheres brancas, sob a direção, em muitos casos, de chefes (ministros, secretários de Educação) homens brancos, instalando-se uma intrincada dinâmica de poder impulsionada por uma assincronia nas hierarquias de gênero, raça e idade. Questão, certamente, desafiadora nos planos do conhecimento e da intervenção.

BIBLIOGRAFIA

- BARCELOS, Luiz Cláudio. *Raça e Realização Educacional no Brasil*. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação de Mestrado, Sociologia. Iuperj.
- . “Educação e Desigualdades Raciais no Brasil”, in *Cadernos de Pesquisa*, n°86, São Paulo, ago./1993, pp. 15-24.
- BERCOVICH, Alicia. “Fecundidade da Mulher Negra: Constatações e Questões”, in *Textos Nepo*, n°11, Campinas, Nepo/Unicamp, 1987, pp. 47-100.
- BERQUÓ, Elza. “Como se Casam Negros e Brancos no Brasil”, in Peggy Lovell (org.). *Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo*. Belo Horizonte, Cedeplar, 1991, pp. 115-20.
- ; BERCOVICH, Alicia; GARCIA, Estela Maria. “Estudo da Dinâmica Demográfica da População Negra no Brasil”, in *Textos Nepo*, n°9, Campinas, Nepo/Unicamp, 1986.
- BRAZIL. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral da População do Império do Brasil a que se Procedeu no Dia Primeiro de Agosto de 1872*. Rio de Janeiro, Directoria Geral de Estatística, 1873-76.
- CARVALHO, José Carmello B. “Aspectos Metodológicos dos Quesitos sobre Instrução no Censo Demográfico”, in *Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Censos, Consensos, Contra-sensos*. Ouro Preto, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1984 (III Seminário Metodológico dos Censos Demográficos), pp. 149-62.
- COSTA, Albertina de O. “O Acesso das Mulheres à Cidadania: Questões em Aberto”, in *Cadernos de Pesquisa*, n°52, São Paulo, maio de 1991, pp. 35-49.
- FERRARI, Alceu R. “Analfabetismo no Brasil: Tendência Secular e Avanços Recentes”, in *Cadernos de Pesquisa*, n°52, São Paulo, fevereiro de 1985, pp. 35-49.
- GALVÉZ, Maria Eugênia Letelier. *Analfabetismo Feminino em Chile: Resultados Preliminares*. Santiago de Chile, s/d (relatório de pesquisa).
- GATTI, Bernadette et alii. “Alfabetização e Educação Básica no Brasil”, in *Cadernos de Pesquisa*, n°75, São Paulo, novembro de 1990, pp. 7-14.
- HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson do Valle. *Relações Raciais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora; Iuperj, 1992.
- IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil - 1992*. Rio de Janeiro, IBGE, 1992.
- . *Censo Demográfico - 1920*. Rio de Janeiro, IBGE, 1928 (vol. IV, tomos 1 e 2).
- . *Censo Demográfico - 1940*. Rio de Janeiro, IBGE, 1950 (vol. II).
- . *Censo Demográfico - 1950*. Rio de Janeiro, IBGE, 1956 (vol. 1).
- . *Censo Demográfico - 1960*. Rio de Janeiro, IBGE, s/d (vol. 1).
- . *Censo Demográfico - 1970*. Rio de Janeiro, IBGE, 1973 (vol. 1).
- . *Censo Demográfico - 1980*. Rio de Janeiro, IBGE, 1983 (vol. 1, tomo 4).
- . *Estatísticas Históricas do Brasil: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro, IBGE, 1990 (Séries estáticas retrospectiva, v. 3).
- . *PNAD 1990*. Rio de Janeiro, IBGE, 1991.
- LAMOUNIER, Bolívar. “Educação”, in *Cadernos do Cebrap*, n° 15, São Paulo, 1976, pp. 14-22.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. “Crescimento Histórico da População Brasileira até 1872”, in *Cadernos do Cebrap*, n° 16, São Paulo, 1974, pp. 1-26.
- . “Evolução da População Brasileira Através dos Censos até 1872”, in *Anais de História*, ano IV, Assis, 1974, pp. 115-37.
- PAIVA, Paulo de L. A. “A Mulher no Mercado de Trabalho Urbano”, in Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2. Águas de São Pedro, 1980, *Anais...* São Paulo, Anep, 1981, pp. 852-95.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a Utopia da Cidade Disciplinar (Brasil: 1890-1930)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- REIS, Maria Cândida D. *Tessitura de Destinos: Mulher e Educação (São Paulo, 1910/20/30)*. São Paulo, 1991. Dissertação de Mestrado, História, PUC-SP.
- ROSEMBERG, Fúlvia. “Gender Subordination and Literacy in Brazil”, in Eve Malmquist (ed.). *Women and Literacy Development in the Third World*. Linköping, Suécia, Department of Education and Psychology-Linköping University; Unesco; Sida, 1992, pp. 302-35.
- . “Subordinação de Gênero e Alfabetização: no Brasil”, in *Alfabetização: Passado, Presente e Futuro*. São Paulo, FDE, 1993 (Idéias, 19).
- ; PINTO, Regina P.; NEGRÃO, Esmeralda V. *A Situação Educacional de Negros (Pretos e Pardos)*. São Paulo, 1986 (Relatório de Pesquisa. Departamento de Pesquisas Educacionais/Fundação Carlos Chagas).
- SILVA, Léa M. da. *Greater Opportunities for Women Related to Population Growth*. Belo Horizonte, 1982. (Trabalho apresentado à Conferência Women in International Development, Michigan State University, 1982.)
- SILVA, Nelson do Valle. “Distância Social e Casamento Inter-racial no Brasil”, in Carlos A. Hasenbalg e Nelson do Valle Silva. *Relações Raciais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora; Iuperj, 1992, pp. 17-53.
- SKIDMORE, Thomas. “Fato e Mito: Descobrimos um Problema Racial no Brasil”, in *Cadernos de Pesquisa*, n°79, São Paulo, novembro de 1991, pp. 5-16.
- SZMRECSANYI, Maria Irene. *Educação e Fecundidade: Ideologia, Teoria e Método na Sociologia da Reprodução Humana*. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1988.
- TAMBURO, Estela Maria Garcia. “Mortalidade Infantil na População Negra Brasileira”, in *Textos Nepo*, n°11, Campinas, Nepo/Unicamp, 1987, pp. 104-27.
- WOOD, Charles. “Categorias Censitárias e Classificações Subjetivas de Raça no Brasil”, in Peggy Lovell (org.). *Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo*. Belo Horizonte, Cedeplar, 1991, pp. 93-111.